

Santa Cruz Futebol Clube

Relatório dos auditores independentes, demonstrações contábeis e notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Santa Cruz Futebol Clube

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....1

Demonstrações contábeis auditadas:

Balancos patrimoniais.....4

Demonstrações do resultado.....5

Demonstrações do resultado abrangente.....6

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto.....7

Demonstrações dos fluxos de caixa.....8

Notas explicativas às demonstrações contábeis.....9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros, Sócios e Administradores do
Santa Cruz Futebol Clube – em recuperação judicial
Recife - PE

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do Santa Cruz Futebol Clube (Clube) – em recuperação judicial, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Santa Cruz Futebol Clube – em recuperação judicial, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de sua operação e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Não foi possível satisfazer-nos por meio de procedimentos de auditoria quanto ao saldo que deveria estar contabilizado no Ativo intangível com gastos com formação de atletas, conforme determina o Pronunciamento técnico ITG 2003 Entidade Desportiva Profissional, pois o Clube não possui atividades de controle interno para mensuração desse montante e contabiliza esses gastos como despesa do exercício.

O saldo contábil a pagar a FPF – Federação Pernambucana de Futebol, referente aos Adiantamentos de terceiros, está a menor em R\$ 4.628.145 do que a resposta da carta de circularização recebida da Federação. Tendo em vista que não nos foi apresentada a conciliação dessa diferença, ficamos impossibilitados de auditar esse saldo.

Algumas ações são necessárias para atualizar o passivo do Clube, como mensurar e contabilizar a atualização monetária de juros de mora e multa, incidentes sobre valores apresentados. Devido a isso, ficamos impossibilitados de efetuar procedimentos de auditoria sobre esse fato.

O Clube está em fase de implementação de uma estrutura de controles internos adequada para os seus processos transacionais. Entretanto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Clube não possuía um ambiente de controles internos adequados para os seus processos transacionais referentes aos assuntos mencionados acima. Consequentemente, nossos exames podem não ter detectado eventuais distorções não citadas nos parágrafos anteriores.

Ênfase

Chamamos atenção para a Nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que o Clube apresenta déficit de R\$ 7.060.111 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e os Passivos totais de R\$ 305.305.205, excedendo os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo em R\$ 304.801.080 e estava pendente de cumprimento de várias obrigações, principalmente de natureza tributária e previdenciária. Devido a isso, tem-se a necessidade de obtenções relevantes de recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção de suas atividades. As medidas que estão sendo avaliadas e desenvolvidas pela Administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial do Clube, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades, estão desenvolvidas na Nota Explicativa nº 1 e 22. A continuidade das atividades do Clube dependerá do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a um Clube em continuidade normal, e não incluem nenhuma modificação contábil, que seriam requeridos na impossibilidade do Clube continuar exercendo suas atividades.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Clube é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 06 de junho de 2024

Robson Teixeira de Miranda

EQUITY SERVIÇOS DE CONTABILIDADE
CRC-PE N° 001344/O

Robson Teixeira de Miranda
Contador
CRC-PE N° 029.459/O-8

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E EM 1º DE JANEIRO DE 2022

<u>ATIVO</u>	<u>Notas explicativas</u>	<u>31/12/2023 R\$</u>	<u>31/12/2022 R\$ (Reapresentado)</u>	<u>01/01/2022 R\$ (Reapresentado)</u>	<u>PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO</u>	<u>Notas explicativas</u>	<u>31/12/2023 R\$</u>	<u>31/12/2022 R\$ (Reapresentado)</u>	<u>01/01/2022 R\$ (Reapresentado)</u>
<u>CIRCULANTE</u>					<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	386.453	1.056.031	1.083.976	Fornecedores		220.088	229.445	263.624
Contas a receber		26.163	26.163	64.381	Obrigações fiscais e tributárias	7	26.901.529	25.794.327	20.850.011
Tributos a recuperar		58.992	3.625	29.764	Obrigações sociais e trabalhistas	8	30.679.590	29.313.127	25.705.533
Adiantamentos e antecipações		32.517	30.671	131.759	Acordos extrajudiciais a pagar	9	653.119	568.119	578.119
Total do ativo circulante		<u>504.125</u>	<u>1.116.490</u>	<u>1.309.880</u>	Adiantamentos de terceiros	10	-	2.283.593	2.287.856
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					Contas a pagar	10	2.563.007	-	-
Imobilizado	5	230.303.807	234.255.078	237.556.023	Receitas a apropriar	11	521.104	1.567.361	1.833.120
Direito de bens em uso	6	1.667.219	1.731.424	844.772	Outras obrigações		-	60.000	3.417.773
Total do ativo não circulante		<u>231.971.026</u>	<u>235.986.502</u>	<u>238.400.795</u>	Total do passivo circulante		<u>61.538.437</u>	<u>59.815.972</u>	<u>54.936.036</u>
					<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
					Empréstimos a pagar	12	12.498.079	11.972.629	11.098.327
					Multas a pagar Bacen	13	3.904.872	3.720.517	3.720.517
					Contas a pagar	10	895.228	895.228	-
					Provisão para riscos judiciais	14	226.468.589	226.468.589	227.132.192
					Total do passivo não circulante		<u>243.766.768</u>	<u>243.056.963</u>	<u>241.951.036</u>
					<u>PASSIVO A DESCOBERTO</u>				
					Ajuste de avaliação patrimonial	15	228.685.850	233.174.448	236.755.257
					Déficits acumulados		(301.515.904)	(298.944.391)	(293.931.654)
					Total do passivo a descoberto		<u>(72.830.054)</u>	<u>(65.769.943)</u>	<u>(57.176.397)</u>
					<u>PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u>232.475.151</u>	<u>237.102.992</u>	<u>239.710.675</u>			<u>232.475.151</u>	<u>237.102.992</u>	<u>239.710.675</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

	Notas <u>explicativas</u>	<u>2023</u> <u>R\$</u>	<u>2022</u> <u>R\$</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	13.342.169	12.235.407
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	17	(6.875.302)	(8.344.037)
Despesas administrativas	17	<u>(13.065.504)</u>	<u>(12.023.350)</u>
Total		(19.940.806)	(20.367.387)
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(6.598.637)</u>	<u>(8.131.980)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	18	(500.813)	(431.565)
Receitas financeiras	18	<u>39.339</u>	<u>159.513</u>
RESULTADO FINANCEIRO - LÍQUIDO		(461.474)	(272.052)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		<u><u>(7.060.111)</u></u>	<u><u>(8.404.032)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

	<u>2023</u> <u>R\$</u>	<u>2022</u> <u>R\$</u> (Reapresentado)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(7.060.111)	(8.404.032)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:		
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	4.488.598	3.580.809
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(2.571.513)</u>	<u>(4.823.223)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

	Ajuste de avaliação patrimonial	Déficits acumulados	Total
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (originalmente apresentados)	<u>241.156.906</u>	<u>(288.089.682)</u>	<u>(46.932.776)</u>
Ajustes de anos anteriores	(4.401.649)	(5.841.972)	(10.243.621)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentados)	<u>236.755.257</u>	<u>(293.931.654)</u>	<u>(57.176.397)</u>
Realização do custo atribuído	(3.580.809)	4.488.598	907.789
Ajustes de anos anteriores	-	(1.097.303)	(1.097.303)
Déficit do exercício	-	(8.404.032)	(8.404.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentados)	<u>233.174.448</u>	<u>(298.944.391)</u>	<u>(65.769.943)</u>
Realização do custo atribuído	(4.488.598)	4.488.598	-
Déficit do exercício	-	(7.060.111)	(7.060.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>228.685.850</u>	<u>(301.515.904)</u>	<u>(72.830.054)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

	Notas explicativas	2023 R\$	2022 R\$ (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Déficit líquido do exercício		(7.060.111)	(8.404.032)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	5 e 6	4.157.242	4.213.683
Baixa de imobilizado	5	24.682	-
Provisão para riscos judiciais		-	(676.603)
Ajustes de exercícios anteriores		-	(1.097.303)
Aumento (redução) nos ativos:			
Contas a receber		-	38.218
Adiantamentos		(55.366)	101.088
Tributos a recuperar		(1.846)	26.139
Empréstimos a terceiros		-	844.772
(Aumento) redução nos passivos:			
Fornecedores		(9.357)	(34.179)
Obrigações sociais e trabalhistas		1.366.463	3.607.593
Obrigações fiscais e tributárias		1.107.201	4.957.316
Parcelamentos tributários		-	(899.663)
Acordos extrajudiciais a pagar		85.000	(10.000)
Contas a pagar		2.563.007	-
Receitas a apropriar		(1.046.257)	(265.759)
Multas a pagar Bacen		184.355	-
Adiantamentos de terceiros		(2.283.593)	(4.263)
Outras obrigações		(60.000)	(3.294.305)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(1.028.580)</u>	<u>(897.298)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado		(166.448)	(4.949)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>(166.448)</u>	<u>(4.949)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Captação de empréstimos		1.785.302	2.673.205
Pagamento de principal		(1.259.852)	(1.798.903)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>525.450</u>	<u>874.302</u>
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(669.578)</u>	<u>(27.945)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.056.031	1.083.976
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	386.453	1.056.031
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(669.578)</u>	<u>(27.945)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Informações gerais

O Santa Cruz Futebol Clube (“Clube”) – em recuperação judicial, foi constituído em 3 de fevereiro de 1914, com sede na cidade do Recife, na avenida Beberibe, nº 1285. Conforme estatuto social tem por objetivos principais:

- I – Promover e incentivar os desportos, em todas as suas modalidades, realizando e participando de provas que concorram para o desenvolvimento físico e mental da juventude;
- II – Promover reuniões e atividades de caráter social, cultural e esportivo; e
- III – Praticar desporto de rendimento organizado de modo profissional, não profissional, semiprofissional e amador.

Desempenho financeiro e econômico

A garantia do Clube em quitar seu passivo dependerá do seu desempenho futuro, que será afetada pelas condições econômicas de suas atividades e capacidade da Administração gerenciar da melhor forma seus recursos. O Clube projetou para 2024 a venda parcial de um ativo (Centro de Treinamento de Beberibe) para suportar o novo cenário.

O desempenho financeiro e econômico do Clube em 2023 teve uma leve melhora em função de um calendário mais completo com a participação nas competições do Campeonato Pernambucano, Copa do Nordeste em suas fases de pré-copa e de grupos, Copa do Brasil e Campeonato Brasileiro Série D, mas que devido aos resultados obtidos já se mostra um cenário de impacto para a temporada de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, o Clube apresentava uma Margem EBITDA negativa de 21,76%, uma variação menor em 29,57% quando comparado com o ano de 2022, que apresentou uma margem negativa de 33,69%.

A administração do Clube está empenhando esforços com vistas ao equilíbrio da situação econômico-financeira, tais quais:

- Ações de marketing e junto ao quadro de sócios;
- Renegociação com credores, via recuperação judicial;
- Parcelamentos de dívidas fiscais;
- Acordos sobre dívidas trabalhistas.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade especificam para entidades desportivas (ITG 2003(R1)) e sem fins lucrativos (ITG 2002(R1)). As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Reapresentação de saldos de balanços patrimoniais de 31/12/2022 e 01/01/2022:

No exercício de 2023, o Clube levantou através de coleta de informações judiciais e administrativas, saldo de dívida adicional líquida, no montante de R\$ 10.243.621, que não estava contabilizado nos balanços patrimoniais do Clube, conforme composição abaixo, referentes a exercícios anteriores. Devido a isso, as contas respectivas do passivo e passivo a descoberto foram reapresentadas de acordo com a norma do CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

O Clube efetuou determinados ajustes, nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios anteriores, após o encerramento e publicação das demonstrações financeiras. As modificações efetuadas foram as seguintes:

Ajustes:

Obrigações fiscais e tributárias:

O Clube, revisou a conciliação dos tributos municipais e ajustou o valor em função de sua atualização monetária.

Obrigações sociais e trabalhistas:

O Clube, revisou a conciliação dos encargos sociais e ajustou o valor em função de sua atualização monetária.

Provisões para riscos judiciais:

O Clube, com o apoio de seus advogados externos, efetuou a reconciliação dos valores que compõe a dívida e revisou a conciliação ajustando os valores em função de sua atualização.

<u>Natureza</u>	<u>Valor R\$</u>
Obrigações fiscais e tributárias	1.486.785
Obrigações sociais e trabalhistas	2.108.336
Provisões para riscos judiciais	6.648.500
Total	<u>10.243.621</u>



Realização do saldo de custo atribuído:

O Clube recalculou o valor da realização anual do custo atribuído, chegando a R\$ 4.488.598 ao ano.

<u>Conta Contábil</u>	<u>AAP (mais valia)</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Realização</u>
Edifícios e construções	144.974.925	3%	4.349.248
Iluminação	1.048.000	5%	52.400
Máquinas e equipamentos	265.458	10%	26.545
Moveis e utensílios	306.290	10%	30.629
Veículos	137.700	20%	27.540
Computadores e periféricos	22.359	10%	2.236
Terrenos	<u>128.570.486</u>	*	<u>-</u>
Total	275.325.218		4.488.598

* Não há realização do custo atribuído para Terrenos, porque não há estudo de vida útil.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir:

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional e de apresentação

A Administração do Clube definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa e os depósitos bancários.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Clube for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo por meio do resultado (“VJR”). Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à



aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O CPC 48 contém abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que contém três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com data para resgate de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que o Clube utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem, mas não se limitam a: a) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros e do principal; c) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;



d) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subseqüentes de valores anteriormente baixados são creditadas ao resultado. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Baixa de ativos e passivos financeiros

O Clube baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se não houver transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas existir o controle do ativo transferido, o Clube reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos setores que terá que pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, o Clube continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.

Imobilizado

Terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, computadores e periféricos compreendem o Ativo imobilizado. Terrenos e edificações foram avaliados a valor justo (custo atribuído), na primeira adoção dos CPCs pelo Clube.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, como segue:

	Ano
Edificações e construções	3%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações elétricas e outros	5%

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos, caso não incrementem mais de um ano na vida útil do bem.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar



a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo seu valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida contabilmente conforme participações do Clube nas respectivas competições e atividades desenvolvidas ao longo do exercício, respeitando-se o Princípio da Competência.

Demais receitas e despesas

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo também com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

Julgamentos e estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para se contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas e respectivas divulgações nas notas explicativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Clube revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Impostos e contribuições

O Clube é uma entidade sem fins lucrativos, gozando dos seguintes benefícios fiscais:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL): imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, conforme os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto no 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal;



- Programa para Integração Social (PIS): recolhimento da contribuição para o PIS sobre a folha de pagamento à alíquota de 1% de acordo com a Lei no 9.532/97;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isenção do recolhimento do COFINS incidente sobre as receitas relativas as atividades próprias, de acordo com as Leis no 9.718/98 e no 10.833/03.
- INSS: Cota patronal: a incidência é sobre as receitas decorrentes de espetáculos desportivos ocorridos em território nacional, de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos à alíquota de 5% conforme Lei nº 9.711/1998. E a responsabilidade pelas retenções e recolhimentos é da entidade promotora do espetáculo ou da empresa ou entidade que repassar recursos ao clube ou associação desportiva em decorrência do evento. Terceiros: o Clube está sujeito à contribuição devida a terceiros (outras entidades ou fundos) à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de salários de empregados, atletas ou não. Sendo distribuídos em:

Salário educação:	2,5%
Incrá:	0,2%
Sesc:	1,5%
Sebrae:	<u>0,3%</u>
Total:	4,5%

Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2023:

Uma série de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Clube não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. As seguintes normas alteradas e interpretadas não deverão ter impacto significativo nas demonstrações contábeis do clube.

- Risco sacado (alterações no CPC 03 e CPC 40);
- Passivos não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações no CPC 26);
- Passivo de arrendamento em venda e leaseback (alterações ao CPC 06).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se ao saldo em caixa e em bancos e está apresentado da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	16.331	194.055
Bancos conta movimento	254.278	858.319
Aplicações financeiras	3.954	3.657
Bloqueio judicial	<u>111.890</u>	<u>-</u>
Total	386.453	1.056.031



5. IMOBILIZADO

O Clube realizou na transição para as atuais normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, conforme laudo técnico, a revisão dos critérios de determinação da vida útil dos bens, por empresa especializada, para promover a revisão da vida útil e avaliação (custo atribuído) de alguns bens do seu imobilizado como, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos. Móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos a partir da adoção Equivalência patrimonial em 2022, suportado por laudo de peritos independentes da Recife Engenharia Avaliação e Perícias Ltda. Em 2023 a Recife Engenharia emitiu uma declaração apresentando que a idade aparente atribuída aos itens avaliados em 2022, é válida para 2023.

O terreno, a edificação do Estádio José do Rego Maciel estão demonstrados pelo custo atribuído.

Conforme laudo, o valor total da avaliação montou o valor de R\$ 274.674.870, sendo ele:

- Terreno: 58.441,13 m² x R\$ 2.200 = R\$ 128.570.486
- Área construída: 30.221,08 m² x R\$ 4.800 = R\$ 145.056.384

A vida útil remanescente dos edifícios e construções foi determinada em 444 meses (37 anos).

Máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e outros ativos imobilizados são avaliados ao custo histórico, deduzidos da respectiva depreciação.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Edificações e construções -----	3%
Veículos -----	20%
Móveis e utensílios -----	10%
Máquinas e equipamentos -----	10%
Instalações elétricas e outros -----	5%

Conforme declaração da Empresa contratada para o levantamento patrimonial do Clube, a idade aparente atribuída aos itens avaliados, detalhado em 2022, é válida para 2023.

	2023			Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reclassificação	
<u>Custo</u>				
Terrenos	128.570.486	-	-	128.570.486
Edifícios e construções	145.056.384	-	-	145.056.384
Móveis e utensílios	336.973	82.095	(27)	419.041
Computadores e periféricos	22.360	2.719	-	25.079
Máquinas e equipamentos	256.419	81.634	(24.655)	313.398
Máquinas - academia de ginástica	27.240	-	-	27.240
Veículos	137.700	-	-	137.700
Sistema de segurança	19.000	-	-	19.000
Torres de iluminação	688.236	-	-	688.236
Total	<u>275.114.798</u>	<u>166.448</u>	<u>(24.682)</u>	<u>275.256.564</u>



Depreciação

Edifícios e construções	(40.834.883)	(3.920.442)	-	(44.755.325)
Móveis e utensílios	(1.110)	(38.897)	-	(40.007)
Computadores e periféricos	-	(4.873)	-	(4.873)
Máquinas e equipamentos	-	(29.789)	-	(29.789)
Máquinas - academia de ginástica	(524)	(2.672)	-	(3.196)
Veículos	-	(27.540)	-	(27.540)
Sistema de segurança	(19.000)	-	-	(19.000)
Torres de iluminação	(4.203)	(68.824)	-	(73.027)
Total	<u>(40.859.720)</u>	<u>(4.093.037)</u>	-	<u>(44.952.757)</u>
Líquido	<u>234.255.078</u>	<u>(3.926.589)</u>	<u>(24.682)</u>	<u>230.303.807</u>

Conforme laudo em 2022, o valor total da avaliação montou o valor de R\$ 1.463.979, sendo ele:

<u>Custo</u>	2022			Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	
Terrenos	128.570.486	-	-	128.570.486
Edifícios e construções	145.056.384	-	-	145.056.384
Móveis e utensílios	133.184	306.290	(102.501)	336.973
Computadores e periféricos	75.681	22.360	(75.681)	22.360
Ferramentas e apetrechos	33.894	-	(33.894)	-
Máquinas e equipamentos	10.915.803	256.419	(10.915.803)	256.419
Máquinas - academia de ginástica	62.933	13.988	(49.681)	27.240
Veículos	85.000	137.700	(85.000)	137.700
Sistema de segurança	19.000	-	-	19.000
Torres de iluminação	1.048.000	175.982	(535.746)	688.236
Total	<u>286.000.365</u>	<u>912.739</u>	<u>(11.798.306)</u>	<u>275.114.798</u>
<u>Depreciação</u>				
Edifícios e construções	(36.914.440)	(3.920.443)	-	(40.834.883)
Móveis e utensílios	(90.293)	(13.318)	102.501	(1.110)
Computadores e periféricos	(75.681)	-	75.681	-
Ferramentas e apetrechos	(30.893)	(3.001)	33.894	-
Máquinas e equipamentos	(10.695.613)	(220.190)	10.915.803	-
Máquinas - academia de ginástica	(43.911)	(6.294)	49.681	(524)
Veículos	(85.000)	-	85.000	-
Sistema de segurança	(19.000)	-	-	(19.000)
Torres de iluminação	(489.511)	(50.438)	535.746	(4.203)
Total	<u>(48.444.342)</u>	<u>(4.213.684)</u>	<u>11.798.306</u>	<u>(40.859.720)</u>
Líquido	<u>237.556.023</u>	<u>(3.300.945)</u>	-	<u>234.255.078</u>

6. DIREITO DE BENS EM USO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Direito de Uso	<u>1.667.219</u>	<u>1.731.424</u>
Total	<u>1.667.219</u>	<u>1.731.424</u>



As movimentações de direito de bens em uso estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.731.424</u>
(-) Amortização	<u>(64.205)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>1.667.219</u></u>

Em 1 de junho de 2011, o Clube firmou com a ATASC – Associação dos Torcedores e Amigos do Santa Cruz, um contrato de mútuo no Montante de R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais). No decorrer da vigência desse contrato, as partes acordaram quanto à celebração de contrato de arrendamento das dependências do Centro de Treinamento Ninho das Cobras Rodolfo Aguiar de titularidade da ATASC, de modo que, a contraprestação pelo uso por parte do Clube, em bases mensais, corresponderia à quitação do referido contrato de mútuo. Em 31 de dezembro de 2022, foi reclassificada para a conta de “Bens em uso” e mensalmente foi amortizado.

Avaliação Patrimonial

De acordo com o NBC T 4, “Avaliação Patrimonial”, os componentes do ativo imobilizado são avaliados ao custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações, amortizações e exaustões acumuladas e calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.

Conforme declaração da Recife Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda responsável pela avaliação dos itens do ativo imobilizado móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos, apresentam que a idade aparente atribuída aos itens avaliados em 2022, é válida para 2023.

7. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2022</u> (Reapresentado)
ISS a Recolher	179.420	158.484	179.420
IPTU a Pagar (c)	11.673.911	10.880.289	10.135.741
CIM a Pagar	1.459	-	-
PIS s/Folha a Recolher	1.261.497	1.241.453	789.321
Cofins a Recolher	25.019	25.019	25.019
INSS Retido (b)	17.969	8.910	8.910
IRRF 0561 (a)	13.674.679	13.412.804	9.644.332
Pis/Cofins/CSLL a Recolher	<u>67.575</u>	<u>67.368</u>	<u>67.268</u>
Total	<u>26.901.529</u>	<u>25.794.327</u>	<u>20.850.011</u>

(a) Corresponde, substancialmente, ao imposto de renda retido em folha salarial não quitados.

(b) Corresponde, substancialmente, as contribuições retidas na fonte não quitadas.

(c) Valores devidos, referentes aos exercícios de 2017 a 2023. Em 22 de julho de 2016, houve a publicação no Diário Oficial do Recife da Resolução do Comitê Gestor nº 03/16 onde, no seu



artigo 3º concedeu remissão de 100% dos débitos de Imposto Territorial Urbano - IPTU e Taxa de Limpeza Pública – TLP para o exercício de 2016 e anteriores dos imóveis de propriedade do Santa Cruz Futebol Clube – em recuperação judicial. Para atendimento ao Programa de Remissão de Dívidas Fiscais Municipais, previsto na Lei 17.399/2007, além da disponibilização de suas instalações físicas para a execução de projetos educacionais, esportivos e sociais de interesse do município, o clube oferta também atividades esportivas, em horário pré-definidos, mais especificamente nas seguintes modalidades: futsal, judô, handebol, futebol de campo e hidroginástica, para cumprimento estimado de 288 horas mensais do programa.

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Ao encerramento do exercício de 2023 os saldos das obrigações sociais e trabalhistas atingiu a soma de R\$ 30.679.590 (R\$ 29.313.127 em 2022), e compreende o saldo a pagar de salários, acrescido das provisões de férias e os encargos sociais.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2022</u> (Reapresentado)
<u>Proventos:</u>			
Salário a Pagar	3.463.738	2.917.495	2.065.352
Ferías a Pagar	705.790	595.557	638.074
13º Salário a Pagar	1.136.665	1.027.226	868.918
Rescisões a Pagar	4.121.521	3.852.143	2.775.078
Autônomos a Pagar	13.800	13.800	13.800
Pensão Alimentícia a Pagar	74.284	70.610	63.025
Contribuição Sindical a Pagar (a)	-	84.313	83.227
Subtotal	<u>9.515.798</u>	<u>8.561.144</u>	<u>6.507.474</u>
<u>Encargos sociais a pagar:</u>			
INSS a Pagar	9.906.411	9.345.716	9.179.861
FGTS a Pagar	10.676.183	10.432.853	10.018.198
Contribuição Sindical a Pagar (a)	84.313	-	-
GRRF a Pagar	62.663	-	-
Subtotal	<u>20.729.570</u>	<u>19.778.569</u>	<u>19.198.059</u>
<u>Provisão de Férias e Encargos</u>			
Provisão de Férias e Encargos	434.222	973.414	-
Subtotal	<u>434.222</u>	<u>973.414</u>	<u>-</u>
Total	<u>30.679.590</u>	<u>29.313.127</u>	<u>25.705.533</u>

(a) Em 2023 foi reclassificado para o grupo de encargos sociais a pagar.



9. ACORDOS EXTRAJUDICIAIS A PAGAR

Refere-se a acordos extrajudiciais de verbas rescisórias e valores devidos pelo Clube a ex-funcionários e atletas.

10. ADIANTAMENTOS DE TERCEIROS E CONTAS A PAGAR

Os adiantamentos de terceiros compreendem a recebimentos antecipados correspondentes as verbas dos campeonatos estaduais dos anos imediatamente posteriores.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
FPF – Federação Pernambucana de Futebol (a)	-	2.283.593

- (a) Em 2023 houve a reclassificação para o grupo de contas a pagar que é composto pelas contas de arrendamento a pagar (curto prazo) e FPF – Federação Pernambucana de Futebol demonstrado abaixo.

Contas a pagar:

	<u>31/12/2023</u>
Arrendamento a pagar (curto prazo)	60.000
FPF - Federação Pernambucana de Futebol	2.503.007
Arrendamento a pagar (longo prazo)	895.228
Total	<u>3.458.235</u>

11. RECEITAS A APROPRIAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento Royalties – VOLT (a)	256.049	1.144.951
Adiantamento direito de transmissão	-	422.410
Adiantamento de bilheteria (b)	80.137	-
Adiantamento Rede Globo (c)	75.000	-
Adiantamento CBF (d)	109.918	-
Total	<u>521.104</u>	<u>1.567.361</u>

- (a) Valor adiantado em 2021 pela Volt foi referente aos royalties do período de 2022 e 2023 referente contrato de fabricação, fornecimento e comercialização de artigos esportivos.
- (b) Valor adiantado pela Libra Securitizadora S.A. a ser amortizado com a Futebolcard Sistemas Ltda. mediante bilheteria dos jogos em 2024.
- (c) Valor adiantado em dezembro pela Globo referente aos direitos de transmissões do Campeonato Pernambucano de 2024.
- (d) Valor adiantado em dezembro pela CBF referente Copa do Nordeste de 2024.



12. EMPRÉSTIMOS A PAGAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Não circulante</u>		
Empréstimos de terceiros – Pessoas Jurídicas	1.505.813	1.557.106
Empréstimos de pessoas físicas	<u>10.992.266</u>	<u>10.415.523</u>
	12.498.079	11.972.629

As movimentações dos empréstimos estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>11.972.629</u>
Captação de empréstimos	1.785.302
Pagamento de principal	<u>(1.259.852)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>12.498.079</u>

Os empréstimos são realizados por terceiros, não há exigência de garantias ou cobranças de juros e multa.

13. MULTAS A PAGAR BACEN

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Multa – BACEN (a)	<u>3.904.872</u>	<u>3.720.517</u>
Total	3.904.872	3.720.517

- (a) Parcelamento de multa do Bacen referente a venda de atleta ao exterior por diferenças cambiais na transação. O Parcelamento do Bacen foi rescindido por inadimplência. Em 2023, houve atualização de juros R\$ 184.355, conforme relatório emitido pelo Bacen.

PROFUT

- (a) Em 4 de Agosto de 2015, o governo federal publicou a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – 13.155/15, estabelecendo o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT. Na Seção II desta lei, foram especificadas as condições para adesão ao Parcelamento Especial de Débitos das Entidades Desportivas de Futebol perante a União adesão esta, feita pelo clube em novembro do mesmo ano. Desde então, e até o exercício de 2019 o clube manteve o reconhecimento contábil do referido parcelamento, mesmo não havendo a consolidação integral dos cálculos por parte das autoridades fiscais. Em novembro de 2018, sob a alegação de não cumprimento de requisitos desta lei, a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT, decidiu pela exclusão do clube do quadro de beneficiários do parcelamento. Ato



contínuo, a administração do clube por meio de sua assessoria jurídica ingressou em 14 de dezembro de 2018, com requerimento de Pedido de Suspensão da Pena de Exclusão do Profut. Não obstante ao esforço empreendido pela administração, a exclusão do parcelamento fora mantida. Em 2 de abril de 2019 foi protocolado novo requerimento de defesa junto a APFUT com pedido de suspensão da pena de exclusão do Profut, o que fez com que mantivéssemos a evidência da contabilização do referido parcelamento. Desta forma, em 2021, a administração reconheceu contabilmente os efeitos desta exclusão, reclassificando os saldos para contas de provisões para contingências. A assessoria jurídica do clube realizou uma primeira reunião em janeiro/2022 com a PGFN no intuito de simular um acordo por transação individual que possa ser mais vantajoso e viável ao clube. O clube também tem acompanhado o projeto de lei sobre o Profut onde no último dia 19/04/2022, os parlamentares derrubaram, por 378 votos contra 17, o veto ao projeto de lei que isentou os clubes de futebol de pagarem parcelas de 2021 de dívidas renegociadas pelo Profut. A matéria segue para promulgação. Com a derrubada, parlamentares retomaram o trecho que determinava a reabertura do prazo para adesão de clubes de futebol ao parcelamento de dívidas com a União. O prazo havia acabado em 31 de julho de 2016, mas o projeto de lei permitia adesão até o fim do estado de calamidade pública, decretado em virtude da pandemia de covid-19, inclusive para os clubes que tenham sido excluídos do Profut por descumprimento de suas regras. Com isso, verificou-se que durante o exercício de 2022, o Clube ainda continuou sem a adesão ao Profut, referente a PGFN e a Receita Federal do Brasil. Porém, os assessores jurídicos do Clube estão com uma decisão judicial de 28/03/2019, que o reinclui no Profut e assim restabelece os parcelamentos que o mantinha com o BACEN. Parcelamento do Bacen foi rescindido por inadimplência a partir de setembro de 2021 e o saldo devedor foi atualizado conforme relatório do emitido pelo Bacen.

14. PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2022</u> (Reapresentado)
Trabalhistas	122.447.435	122.434.435	122.434.435
Cíveis	28.266.788	28.266.788	28.266.788
Tributárias	<u>75.754.366</u>	<u>75.767.366</u>	<u>76.430.969</u>
Total	<u>226.468.589</u>	<u>226.468.589</u>	<u>227.132.192</u>



O Clube provisionou todos os processos em que é réu, cujos assessores jurídicos consideraram como provável de perda.

Foi relatado, pelos assessores jurídicos do Clube, um montante de R\$ 4.792.337 de processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda tenha sido classificada como possível.

15. PASSIVO A DESCOBERTO

a) Patrimônio social

De acordo com o artigo 48, parágrafo 2º, do Estatuto, o Clube não distribui resultados, dividendos e bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. Assim, o patrimônio social é aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

O patrimônio líquido negativo em 31/12/2023 no montante de R\$ 72.830.054 (R\$ 65.769.943 em 2022), compreende o Patrimônio Social Inicial, acrescido das reservas de reavaliações de bens imóveis e deduzidos dos déficits acumulado de exercícios anteriores.

As modificações do passivo a descoberto podem ser visualizadas nas Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

O Clube reconheceu a realização do custo atribuído do ajuste a valor justo (mais valia) do ativo imobilizado no valor de R\$ 4.488.598, no exercício de 2023. O reconhecimento e contabilização utilizou como base o Laudo de avaliação patrimonial realizado pela Recife Engenharia Avaliação e Perícias Ltda. data em 19 de novembro de 2022, com a declaração de confirmação que a idade aparente atribuída aos itens avaliados, do laudo, é válida para 2023.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
RECEITA DE DIREITOS DE TRANSMISSÕES	<u>3.924.908</u>	<u>1.282.792</u>
Receita - Copa do Nordeste	1.292.254	100.000
Receita - Campeonato Pernambucano	680.217	944.886
Receita - Copa do Brasil	1.650.000	-
Receita - Campeonato Brasileiro	267.000	226.800
Repasse CBF	35.437	11.106
RECEITA BILHETERIA	<u>3.702.304</u>	<u>3.675.855</u>
Bilheteria - Copa do Nordeste	534.979	-
Bilheteria - Campeonato Pernambucano	748.005	145.517
Bilheteria - Campeonato Brasileiro	2.361.506	3.490.189
Taxas Diversas	3.450	660
Outras receitas do Sócio Torcedor	50	17.580



Outras Receitas do Conselho Deliberativo	100	3.168
Reembolso Taxas FPF	54.214	18.741
RECEITA MARKETING E COMERCIAL	1.903.230	2.726.909
Patrocínios	960.847	1.465.786
Licenciamento da Marca (Royalties)	925.240	1.098.567
Publicidade	5.000	8.488
Material Esportivo	12.143	-
Timemania e Outros Programas Diversos	-	154.068
NEGOCIAÇÕES	10.589	326.503
Mecanismo de Solidariedade (FIFA Solidarity)	589	326.503
Multa por Quebra de Contrato	10.000	-
CLUBE SOCIAL	1.508.617	1.329.884
Mensalidades e Taxas Diversas	119.132	61.278
Eventos Sociais	111.460	47.042
Prática Esportiva, Escolinha, Etc.	233.760	126.994
Estacionamento / Aluguéis / Exploração Comercial	280.794	216.584
Doações	489.611	825.782
Ressarcimentos	225	134
Venda de cadeira	4.041	-
Camarotes, Alimentos, bebidas, Estacionamento	269.594	52.070
RECEITA DE MENSALIDADES E ANUIDADES	2.571.021	2.888.464
Mensalidade Sócio Torcedor	1.726.580	2.052.121
Mensalidade do Conselho Deliberativo	293.625	256.407
Anuidade Camarote	231.332	243.110
Anuidade Cadeira	319.484	336.826
PREMIAÇÃO	-	5.000
Participação nas Competições de Futebol	-	5.000
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(278.500)	-
(-) INSS retido s/receitas	(97.000)	-
(-) Federação Local	(99.000)	-
(-) FENAPAF	(82.500)	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.342.169	12.235.407



17. DESPESAS OPERACIONAIS

	2023	2022
<u>Despesas com Pessoal:</u>		
CLUBE SOCIAL	<u>(1.313.351)</u>	<u>(1.693.097)</u>
Salários e Ordenados	(1.114.112)	(1.002.421)
Ferías	(3.900)	(190.617)
13º Salário	-	(107.418)
Assistência Médica Social	-	(97)
Horas Extras	(10.373)	(1.573)
Aviso Prévio/Rescisão	(21.966)	(29.250)
Prêmios e Gratificações	(15.318)	(153.471)
Ajuda de Custo	(42.469)	(37.039)
Adicional de Insalubridade	(16.835)	(8.629)
Adicional de Periculosidade	(17.196)	(16.632)
Adicional Noturno	-	(36.617)
Auxílio Combustível	-	(7.350)
Vale Transporte	(71.182)	(101.983)
CATEGORIA PROFISSIONAL	<u>(4.117.979)</u>	<u>(4.467.197)</u>
Salários e Ordenados	(2.472.369)	(2.977.552)
Ferías	-	(431.191)
13 Salário	-	(290.601)
Aviso Prévio/Rescisão	(493.092)	(178.067)
Auxílio Moradia	(327.400)	(366.722)
Horas Extras	(16.547)	(14.637)
Adicional de Insalubridade	-	(2.909)
Prêmios e Gratificações	(808.571)	(172.409)
Outros Benefícios	-	(33.109)
CATEGORIA DE BASE	<u>(274.929)</u>	<u>(488.993)</u>
Salários e Ordenados	(259.628)	(378.713)
Férias	-	(63.400)
13 Salário	-	(26.822)
Aviso Prévio/Rescisão	(15.301)	(20.058)
ENCARGOS SOCIAIS	<u>(617.262)</u>	<u>(1.694.750)</u>
INSS s/Folha	(191.491)	(1.200.091)
FGTS s/Folha	(317.676)	(445.872)
PIS s/Folha	(45.895)	(48.787)
Multa Rescisória FGTS	(62.200)	-
PROVISAO DE FERIAS E ENCARGOS	<u>(55.482)</u>	<u>-</u>
Provisão de Férias e Encargos	(55.482)	-



PROVISÃO DE 13 SAL. E ENCARGOS	(442.537)	-
Provisão de 13 sal. e encargos	(442.537)	-
ACORDOS EXTRAJUDICIAIS	(53.762)	-
Despesa Acordo extrajudiciais	(53.762)	-
Subtotal	(6.875.302)	(8.344.037)
<u>Despesas Administrativas:</u>		
Energia Elétrica	(426.128)	(534.041)
Manutenção e Conservação	(175.712)	(113.351)
Despesa com Gás	(22.442)	(23.345)
Despesas com Aluguel de Estádio	-	(4.994)
Telefonia	(12.160)	(4.767)
Correios e Malotes	(114)	(374)
Cartório	(7.095)	(7.023)
Internet	-	(911)
Livros/Jornais e Revistas	-	(599)
Estacionamento	(972)	(296)
Despesa com Seguro	-	(630)
Alimentação e Outros	(534.692)	(516.520)
Aluguel de Equipamentos	(65.431)	(56.353)
Despesas com Licenças	(38.029)	(17.865)
Medicamentos	(37)	-
Combustíveis e lubrificante	(41.439)	-
Despesas Diversas	(65.608)	(14.450)
Serviços Prestados PJ em Geral	(1.243.976)	(1.056.316)
Serviços Prestados PF em Geral	(1.465.263)	(1.195.479)
Honorário Advocatícios	(23.670)	(22.511)
Honorários Contábeis	-	(118.031)
Serviços de Assessoria	(85.000)	(57.068)
Serviços de Consultoria	(15.000)	(3.075)
Serviços de Auditoria Externa	(32.000)	(33.000)
Viagens e Estadias	(654.136)	(342.520)
Táxi / Aplicativos de Transportes	(16.236)	(2.777)
Combustíveis	-	(58.173)
Despesas com jogos	(2.084.090)	(679.965)
Despesas com materiais	(366.070)	(480.682)
Direito de Imagens	(449.191)	(910.511)
Intermediação de Atletas/Representação e Comissão	(8.000)	(89.484)
Despesas com Formação de Atletas	-	(1.367)
Luvas	(40.205)	-
Multa Quebra de contrato	(40.500)	-
Despesas de Marketing	(3.990)	(10.683)
Despesas com Taxas	(180.847)	-



CBF - Taxas Diversas	-	(71.567)
FPF - Borderô	-	(369.794)
FPF - Taxas Diversas	-	(100.373)
Taxas Diversas - Outras Federações	-	(39.250)
Outras Despesas	(38.616)	(55.408)
Outras Receitas	77.502	14.450
Subtotal	<u>(8.059.147)</u>	<u>(6.979.103)</u>
<u>Depreciações e Amortização:</u>		
Depreciações	(4.093.037)	(4.213.683)
Amortização	<u>(64.205)</u>	<u>(68.576)</u>
Subtotal	<u>(4.157.242)</u>	<u>(4.282.259)</u>
<u>Despesas Tributárias:</u>		
Outros impostos e Taxas	(1.670)	(444)
IPTU	(801.558)	(757.548)
IPVA	(3.515)	(3.996)
Custas Processuais	(6.446)	-
Taxa de Bombeiros	(193)	-
Taxa de Prevenção de Incêndio	(34.274)	-
CIM	<u>(1.459)</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>(849.115)</u>	<u>(761.988)</u>
Total	<u>(19.940.806)</u>	<u>(20.367.387)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

<u>Despesas Financeiras:</u>		
Despesas Bancárias	(17.341)	(10.913)
Juros e Multas	(214.583)	(294.314)
CBF Multas	(47.000)	(7.200)
Taxa de Cartão de Crédito	(37.534)	(58.220)
Taxa de Operação	-	(38.095)
Taxa Software	-	(18.809)
IOF	-	(4.014)
Juros s/Multa	<u>(184.355)</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>(500.813)</u>	<u>(431.565)</u>
<u>Receitas Financeiras:</u>		
Descontos Obtidos	733	69.500
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras	12.186	74.375
Outras Receitas	13.823	14.449



Estorno	2.597	1.189
Multa Contratual	10.000	-
Subtotal	<u>39.339</u>	<u>159.513</u>
Total	<u>(461.474)</u>	<u>(272.052)</u>

19. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O Clube tem imunidade tributária e benefícios por ser entidade sem fins lucrativos e Clube de futebol profissional, conforme nota nº 2.

IRPJ e CSLL

Como durante os exercícios de 2023 e 2022 o Clube não obteve superávits, não haveria IRPJ e CSLL.

PIS e COFINS

Não havendo isenção tributária, o Clube teria as respectivas despesas com PIS e COFINS nos montantes de R\$ 88.538 e R\$ 408.639, respectivamente, em 2023.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mantidos pelo Clube resumiram-se, basicamente, a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar e empréstimos. O Clube não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

b) Caixa e bancos, títulos, contas a receber e contas a pagar

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros, constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência desses, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Principais fatores de risco do Clube

Risco de crédito:

As contas a receber de clubes estão sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado. O risco de inadimplência é baixo. Não existindo praticamente em 2023.



Risco de liquidez:

É o risco de o Clube não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

21. SEGUROS

O clube não possuía nenhum seguro vigente no exercício de 2023.

22. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Santa Cruz Futebol Clube – em recuperação judicial ajuizou em 21 de setembro de 2022 o seu pedido de recuperação judicial, deferido em 22 de setembro de 2022 pelo MM. juízo da 18ª Vara Cível de Recife/PE – Seção B, nos termos da Lei de Recuperação Judicial, submetendo o seu plano de recuperação judicial (“Plano”) para aprovação da Assembleia Geral de Credores e homologação judicial, conforme artigos 13, II e 25 da Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021 (“Lei da SAF”), bem como nos termos dos artigos 45 e 58 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada (“Lei de Recuperação Judicial”):

O objetivo da recuperação judicial é que diante da existência de dificuldade do clube em cumprir com suas obrigações financeiras, o plano de recuperação judicial prevê a realização de medidas que objetivam a reestruturação de dívidas do clube, a geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento das dívidas e a geração de recursos necessários para a continuidade das atividades futebolísticas do Clube, devidamente dimensionadas para a sua nova realidade, com minimização de perdas para o Clube, seus funcionários, atletas, o fisco e os credores.

A crise do Clube, de modo resumido, decorre de diversos fatores, conforme razões expostas na petição inicial da Recuperação Judicial, dentre eles (i) a evolução de seu passivo a partir do ano de 2011, em razão dos vultosos investimentos necessários à retomada esportiva do Clube, e (ii) a queda nas arrecadações decorrentes de direitos de transmissão, bilheteria e patrocínios, em razão tanto da má performance esportiva do Clube a partir de 2017, quanto da pandemia gerada pelo Covid-19. Todos esses fatores, conforme já devidamente demonstrado na petição inicial da Recuperação Judicial, geraram a crise econômico-financeira e de liquidez do clube.

Em 20 de janeiro de 2023 na forma prevista no art. 53 da Lei nº 11.101/2005, o clube promoveu a juntada do seu Plano de Recuperação Judicial, bem como dos laudos de viabilidade econômico-financeira e de avaliação de bens e ativos do Clube.

Adicionalmente, quando o plano for aprovado em assembleia de credores, informaremos o plano de pagamentos dos credores trabalhistas (CLASSE I), dos credores quirografários (CLASSE III) e dos credores ME e EPP (CLASSE IV).

Recuperação Judicial

Em 13 de fevereiro de 2023, o clube, por meio dos seus assessores jurídicos, obteve êxito para a liberação de depósitos judiciais, em seu favor, no valor de R\$ 698.986.



23. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração do Clube autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 02 de abril de 2024, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.



**Relatório e Parecer da Comissão Fiscal
Prestação de Contas da Diretoria Executiva
do Exercício de 2023**

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE
CNPJ: 10.996.999/0001-24
Av. Beberibe, 1160 - Arruda, Recife - PE, 52120-000
Telefone: (81) 3449-9868



Índice

- 1. Introdução 3
- 2. Análise dos Relatórios e Contas Apresentadas 4
 - 2.1. Desempenho Econômico e Financeiro 4
 - 2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa 7
 - 2.3. Despesas com Pessoal 8
 - 2.4. Imobilizado 8
 - 2.5. Obrigações e Dívidas 8
 - 2.6. Recuperação Judicial 8
- 3. Parecer do Conselho Fiscal 9

[Handwritten signature]



1. Introdução

Em observância as atribuições estabelecidas no que confere o Estatuto do Santa Cruz Futebol Clube, dos seus artigos 57 e 60, e do Regimento Interno, a Comissão Fiscal eleita para o triênio de 2024 à 2026, após análise do Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo), Demonstrações Contábeis (Demonstração dos Resultados, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Índice Financeiros) e as Notas Explicativas respectivas, relativos ao ano de 2023, apresentada pelo setor de Contabilidade e do Relatório dos Auditores Independentes, documentos, informações e esclarecimentos disponibilizados pela Diretoria Executiva, irá submeter ao Conselho Deliberativo e à Assembleia Geral o parecer acerca da prestação de contas anual do Clube do exercício de 2023.

Vale salientar que de conformidade com o relatório apresentado pela Auditoria Independente verificamos que houve uma evolução e aperfeiçoamento na prática contábil e da gestão do clube, necessitando ainda aprimorar o seu controle interno, proporcionando melhor transparência e controle do seu processo de gestão e *compliance*, que irá beneficiar no cumprimento das exigências para o plano da Recuperação Judicial e um possível adesão a um processo de Sociedade Anônima de Futebol SAF, necessário para que o clube obtenha êxito em seu planejamento.



2. Análise dos Relatórios e Contas Apresentadas

A Comissão Fiscal diante dos relatórios, Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo), Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativos ao ano de 2023, apresentados pelo setor contábil e auditoria independente do Clube com o relatório totalizando 30 páginas, considera conveniente a análise e manifestação de opinião acerca dos itens abaixo.

2.1. DESEMPENHO ECONÔMICA E FINANCEIRO

O resultado operacional do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Santa Cruz Futebol Clube apresenta um deficit de R\$ 7.060.111,06 sendo R\$ 1.343,920,48 menor que 2022. Aplicando o EBITDA, baixamos nossa margem negativa em 11,93%.

Em 31 de dezembro de 2023, o Clube apresentava uma margem EBITDA negativa de 21,76%, uma variação menor em 29,57% quando comparado com o ano de 2022, que apresentou uma margem negativa de 33,69%.

	2023	2022
Superávit/Déficit do Exercício	(7.060.111)	(8.404.032)
(+) Depreciação e Amortização	4.157.242	4.282.259
EBITDA	<u>2.902.868,70</u>	<u>4.121.772,97</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.342.169	12.335.407
Margem Ebitda	21,76%	33,69%

Em uma análise comparativa observamos que ao longo dos últimos anos as finanças do Clube obteve resultados de deficits, devido as dificuldades no fluxo de caixa.



O desempenho financeiro está diretamente relacionado a resultado alcançado dentro de campo do futebol, com consequência de não participação em competições, os rebaixamentos de Série no campeonato nacional que comprometeu diretamente o planejamento financeiro do Clube.

O resultado deficitário impactou no aumento do Patrimônio Líquido gerando o passivo descoberto e o aumento da dívida do Clube, conforme histórico dos saldos anuais e dívidas nos últimos 07 (sete) anos 2017 a 2023 discriminado abaixo :

Resultado do exercício (superávit/déficit)

Exercício	Deficit R\$
2017	-32.795.861
2018	-18.804.746
2019	- 2.573.353
2020	- 5.625.020
2021	- 8.795.057
2022	- 8.404.032
2023	- 7.060.111

O saldo da subtração da receita líquida pelo custo operacional pelas despesas financeiras. Observa-se que nos anos de 2017 e 2018 o aumento significativo do deficit foi proveniente ao início do processo de reconhecimento de dívidas, com a republicação e atualização do balanço do clube que não estava refletindo a realidade.

Evolução do Passivo Acumulado

Exercício	Passivo R\$
2017	155.530.004
2018	219.753.942
2019	219.003.662
2020	218.750.009
2021	286.643.451
2022	292.629.314
2023	305.305.205

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE
 CNPJ: 10.996.999/0001-24
 Av. Beberibe, 1160 - Arruda, Recife - PE, 52120-000
 Telefone: (81) 3449-9868

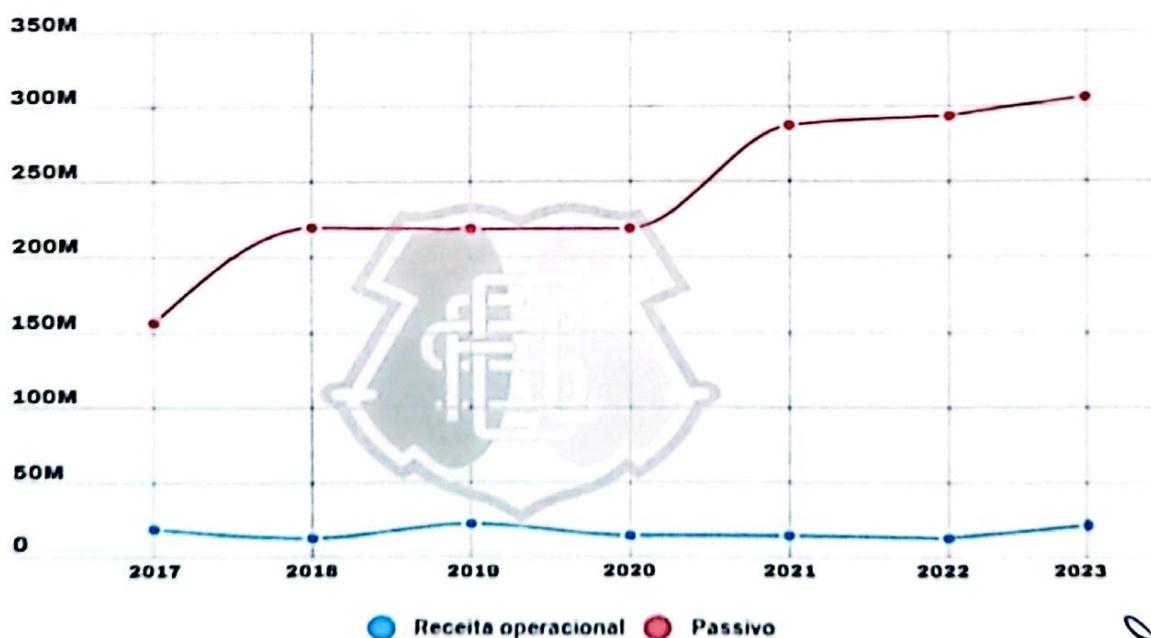


A soma das pendências de curto prazo (circulante) e longo prazo (não circulante).

Receitas Apuradas

Exercício	Receita R\$
2017	17,9 milhões
2018	12,4 milhões
2019	21,5 milhões
2020	13,7 milhões
2021	14,0 milhões
2022	12,3 milhões
2023	13,3 milhões

Gráfico- Evolução da Dívida e Receitas dos Anos de 2017 à 2023



No entanto, com a imprevisibilidade de receita a diretoria executiva adotou algumas providências no sentido da melhoria do gerenciamento da gestão, visando o equilíbrio e austeridade financeira como: diminuição das despesas e obrigações contraídas, e o aumento da receita, ações de

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE
 CNPJ: 10.996.999/0001-24
 Av. Beberibe, 1160 - Arruda, Recife - PE, 52120-000
 Telefone: (81) 3449-9868



renegociação com os credores na recuperação judicial- RJ, plano de adesão de sócios, parcelamento das dívidas, entre outras, que ocasionou a diminuir o deficit em comparação como aos anos anteriores.

O Clube também busca outras alternativas como a implantação da Sociedade Anonima do Futebol- SAF que é uma realidade no futebol brasileiro em que já diversos clubes aderiram, podendo atrair novos investidores e parceiros com aportes financeiros que vão sanar as dívidas do Clube e obter um ambiente mais favorável para formação de novos negócios, alavancando melhoria no futebol por consequência na formação de atletas e do elenco para disputa das competições.

2.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se ao saldo em caixa e em bancos que está apresentado da seguinte forma:

CONTA	2023	2022
Caixa	16.331	194.055
Bancos conta movimento	254.278	858.319
Aplicações financeiras	3.954	3.657
Bloqueio judicial	111.890	
TOTAL	386.453	1.056.031

Foi observado uma redução de 63,40% do caixa e equivalentes de caixa em comparação do ano de 2022 para 2023, oriundo de ajuste contábil efetuado no ano corrente, deixando o valor compatível com a realidade financeira do clube. A reclassificação deu-se na conta de bloqueio judicial que deixou de ficar dentro do grupo de bancos e passou para grupo específico dentro do disponível como o nome bloqueio judicial.



2.3. DESPESAS COM PESSOAL

Foi constatado uma redução de R\$ 1.468.734,99 em despesas com pessoal comparando a mesma rubrica contábil com o ano de 2022, mesmo assim o clube honrou com o salário de todos os funcionários.

2023	2022
6.875.301,90	8.344.036.89

2.4. IMOBILIZADO

Foi emitido laudo de peritos independentes da empresa Recife Engenharia Avaliação e Perícias Ltda, para avaliação dos itens do ativo imobilizado, imóveis, móveis e utensílios, máquinas e equipamento, e veículos na Avaliação Patrimonial. Em 2023 a referida empresa emitiu uma declaração apresentando que a idade aparente atribuída aos itens avaliados em 2022, é válida para 2023.

2.5. OBRIGAÇÕES E DÍVIDAS

Sobre o saldo contábil da rubrica do Passivo do Clube, das contas empréstimo, fornecedores, obrigações tributárias, trabalhista, previdenciária e contas a pagar se faz necessário conciliar com o respectivo órgão, principalmente dos processos físicos no TRT por conta da dificuldade de acesso para que seja contabilizada com devida atualização monetária e juros.

2.6. RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No relatório apresentado fica evidenciado que a diretoria executiva vem promovendo ações de mitigação da dívidas do Santa Cruz Futebol Clube, na geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento das dívidas e a geração de recursos necessários para a



continuidade das atividades futebolísticas, devidamente dimensionadas para a sua nova realidade, com minimização de perdas para o Clube, seus funcionários, atletas, o fisco e os credores. Em 21 de setembro de 2022, ajuizou o pedido de recuperação judicial, deferido em 22 de setembro de 2022 pelo MM. juízo da 18ª Vara Cível de Recife/PE. Em 20 de janeiro de 2023, na forma prevista no art. 53 da Lei nº 11.101/2005, o Clube realizou a juntada do seu Plano de Recuperação Judicial, bem como dos laudos de viabilidade econômico financeira e de avaliação de bens e ativos do Clube.

Em 13 de fevereiro de 2023, foi possível com a Recuperação Judicial do clube, por meio dos seus assessores jurídicos, obteve êxito para a liberação de depósitos judiciais, em seu favor, no valor de R\$ 698.986, mil reais, que em 2022 figurava dentro do grupo de Bancos Conta Movimento.

3. Parecer do Comissão Fiscal

Ilustríssimo Senhor Presidente e demais Conselheiros da Assembleia Extraordinária do Conselho Deliberativo do Santa Cruz Futebol Clube, em obediência às normas legais e estatutárias, os membros efetivos da Comissão Fiscal do Santa Cruz Futebol Clube, reunidos em Sessão Ordinária no dia 08 de agosto de 2024, na Sala da Comissão Fiscal, vem apresentar o seu **PARECER** para conhecimento dessa Colenda Assembleia das contas da Diretoria Executiva do Santa Cruz Futebol Clube, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023.

PARECER

No uso de suas atribuições, no que confere o estatuto social do Santa Cruz Futebol Clube, nos seus artigos 57 e 60 e do Regimento Interno, os membros efetivos da Comissão Fiscal, assistidos pelo Contador Ítalo de Melo Mendes, CRC/PE 18.395/O-0, da empresa Gerencial Contabilidade e Consultoria Ltda., após examinarmos o Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo), as Demonstrações Contábeis e as Notas

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE
CNPJ: 10.996.999/0001-24
Av. Beberibe, 1160 - Arruda, Recife - PE, 52120-000
Telefone: (81) 3449-9868



Explicativas respectivas, relativos ao ano de 2023, bem como Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela EQUITY SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, portadora do CRC/PE 001344/O e do Contador Robson Teixeira de Miranda, Nº 029.459/O-8, recomendamos a aprovação do mesmo, considerando que obedecem formalmente as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo os princípios e normas brasileiras de contabilidade definidos pelo Conselho Federal de Contabilidade em obediência aos preceitos legais da escrituração contábil, observando as exigências das normas vigentes estabelecidas pela legislação contábil através resolução CFC 1.429 de 2013. NBC ITG 2003 (R1), NBC OTG 2003, Manual de Contabilidade para Entidades Esportivas – APFUT, Lei 9.615/1998 (Lei Pelé), Lei 13.155/2015 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – LRFE). Dentro das operações feitas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, do referido clube e de termos nos cientificado da exatidão e perfeita ordem de tais documentos, que estão em conformidade com as prescrições legais e refletem adequadamente a posição Patrimonial e Financeira do Santa Cruz Futebol Clube, **RECOMENDAMOS SUA APROVAÇÃO** por essa Assembleia Extraordinária do Conselho Deliberativo do Santa Cruz Futebol Clube.

Bartolomeu Bueno
Presidente

Alexandre Ferreira Araújo
Membro Efetivo

Cláudio Campelo
Membro Efetivo